

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório
Escola Profissional
Infante D. Henrique
PORTO

15 e 16 nov.
2011

Delegação
Regional
do Norte
da IGE



1 – INTRODUÇÃO

A *Lei n.º 31/2002*, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A Inspeção-Geral da Educação (IGE) foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (*Despacho n.º 4150/2011*, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a IGE está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no *Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007*, de 31 de julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do(a) *Escola Profissional Infante D. Henrique – Porto*, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre *15 e 16 de novembro de 2011*. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2011-2012** serão disponibilizados na [página da IGE](#).



2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Profissional Infante D. Henrique, doravante designada por Escola, situa-se na rua do Melo, n.º 5, cidade, concelho e distrito do Porto, ocupando edifícios, propriedade do Ministério da Justiça, construídos em terrenos que, no passado, integraram a Quinta de Santo António das Águas Férreas.

Criada em 1990 por contrato-programa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, entre o GETAP – Gabinete de Educação, Tecnologia Artística e Profissional e a ex-Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, hoje Direção-Geral de Reintegração Social (DGRS), a Escola foi transformada em Escola Pública através da Portaria n.º 608/2000, de 17 de agosto, mantendo, ainda assim, algumas características particulares advindas do facto de funcionar em instalações e com equipamentos cedidos pelo Instituto de Reinserção Social tutelado pelo Ministério da Justiça e da sua diretora – técnica superior não docente – ser nomeada por despacho do diretor regional de Educação do Norte, sob proposta do Instituto de Reinserção Social. Atualmente, para os terrenos ocupados pelas suas instalações, encontra-se projetada a construção da Cidade Judiciária do Porto, que não contempla instalações para a Escola, pelo que têm vindo a ser estabelecidos diferentes prazos para que esta liberte os imóveis que ocupa.

No presente ano letivo a população escolar, que integra jovens abrangidos pelo sistema de administração da justiça, é maioritariamente oriunda de meios socioeconómicos desfavorecidos, sendo constituída por 210 alunos distribuídos por 11 turmas de cursos profissionais (Técnico de Restauração Cozinha/Pastelaria – 6 turmas/109 alunos; Técnico de Restauração Restaurante/Bar – 4 turmas/58 alunos; Técnico de Receção e Atendimento – 1 turma/12 alunos) e duas turmas de cursos de educação e formação de Cozinha/Empregado de Mesa com 31 alunos.

De acordo com os dados da Escola e refletidos no respetivo Perfil, 32,7% dos alunos são abrangidos pelos escalões 1 ou 2 do abono de família (correspondentes, respetivamente, aos escalões A ou B da ASE – Ação Social Escolar), sendo que 17,8% integram o escalão 1 e 14,9% o escalão 2. Apenas 29% do total de alunos têm computador e internet em casa.

Conhecem-se as profissões de 37,7% dos pais e encarregados de educação dos alunos da Escola e, destes, a distribuição pelas diferentes categorias profissionais é a seguinte: operários, artífices e trabalhadores da indústria, 34,8%; serviços e comércio, 34,1%; trabalhadores não qualificados, 19,2%; quadros superiores, dirigentes e profissões intelectuais, 8,9%; técnicos e profissões de nível intermédio, 3%. Conhecem-se, ainda, as habilitações académicas de 73,1% dos pais e destes, 80,9% apresentam habilitações de nível básico, 18,4% com formação pós-graduada ou superior e 0,7% não têm habilitações académicas.

Dos 19 docentes que prestam serviço, 36,8% pertencem ao quadro da Escola, 10,5% ao quadro de zona pedagógica e 52,7% são contratados. De entre os professores, 52,7% têm menos de cinco anos de tempo de serviço e 26,3 % entre 10 e 19 anos de atividade profissional. A estes docentes acrescem oito profissionais com contrato de prestação de serviço para assegurarem a formação da componente técnica/tecnológica dos diferentes cursos de formação. O pessoal não docente é constituído por seis elementos (três assistentes técnicas, duas assistentes operacionais e uma técnica superior com funções de bibliotecária). Para suprir necessidades várias, a Escola dispõe ainda de 11 trabalhadores colocados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional ao abrigo do programa Emprego-Inserção.

3- AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

A maioria dos alunos que frequenta a Escola regista percursos escolares anteriores de repetido insucesso. Provenientes de contextos sociais, familiares, culturais ou económicos desfavorecidos, não raras vezes sujeitos a processos de abandono e negligência familiar, muitos destes jovens encontram-se abrangidos pelo sistema de administração da justiça, nomeadamente em cumprimento de Medida Tutelar Educativa em meio não institucional ou em Centros Educativos da Direção-Geral de Reinserção Social. A Escola integra, ainda, um elevado número de jovens/alunos institucionalizados no âmbito da aplicação de medidas de proteção em instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Pese embora este contexto, a Escola apresenta uma evolução positiva das taxas de conclusão dos cursos profissionais (64,1%, 65,3% e 66,6%, respetivamente) nos três últimos ciclos de formação (2006-2007 a 2008-2009, 2007-2008 a 2009-2010 e 2008-2009 a 2010-2011)

Nos cursos de educação e formação, a Escola registou uma evolução positiva nas taxas de conclusão de 2008-2009 para 2009-2010 (26,3% e 37,7%, respetivamente) à qual se seguiu um decréscimo em 2010-2011 (30,9%).

Relativamente às taxas de abandono/desistência, ainda que elevadas, verifica-se uma contínua descida nos três últimos ciclos de formação dos cursos profissionais (35,8%, 34,6% e 33,3%), sendo que, nos cursos de educação e formação, para além de se verificarem taxas mais elevadas, depois da redução de 73,6% (ciclo de formação 2007-2008 a 2008-2009) para 62,2% (2008-2009 a 2009-2010), voltou a aumentar para 69% (2009-2010 a 2010-2011). Importa referir que a incidência das situações de abandono/desistência se verifica, sobretudo, nos primeiros anos dos diferentes cursos. É, de facto, notória a descida destas taxas nos anos subsequentes.

RESULTADOS SOCIAIS

A maioria dos jovens, que procura nesta Escola um sistema de ensino e de formação alternativo ao sistema educativo tradicional, regista nos seus percursos de vida a prática de atos censuráveis, alguns ainda não detetados pelas instâncias formais de controlo e outros já sujeitos à intervenção destas instâncias.

É neste quadro que a Escola tem vindo, com sucesso, a promover a formação pessoal, escolar e profissional de jovens/alunos/cidadãos socialmente desfavorecidos, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional. Para isso, procura na sua ação formativa/educativa diária fomentar a assunção de responsabilidades através da distribuição de tarefas, mormente nos espaços e tempos de formação prática, a civilidade, o civismo, a prevenção criminal e a reinserção social. O código de conduta, parte integrante do Regulamento Interno e amplamente divulgado a alunos e encarregados de educação, é por toda a comunidade escolar entendido como instrumento de promoção de valores e atitudes, não pactuando com a indisciplina ou com o laxismo. Atenta a responsabilidade de prevenção, a Escola não deixa de censurar ou de repreender aqueles que recorrentemente se afastam de um comportamento socialmente aceitável. Ainda assim, em cada um dos últimos três anos letivos, o número de processos disciplinares nunca ultrapassou a dezena, o que, globalmente, evidencia o respeito pelas normas.

Pese embora a existência de participação formal dos alunos nos órgãos e estruturas onde têm assento, ainda não emergem formas e processos que potenciem a ampla participação/envolvimento e corresponsabilização dos alunos em alguns aspetos organizacionais da Escola (e.g., inexistência de assembleias de delegados de turma e ausência de discussão alargada aquando da elaboração de alguns documentos estruturantes, como é o caso do regulamento interno). Ainda assim, tornou-se notório o seu



envolvimento em diferentes atividades levadas a efeito na Escola, algumas das quais reveladoras de um efetivo espírito de solidariedade (e.g., Feira de S. Martinho; recolha de brinquedos, roupa e alimentos destinados a instituições).

Tendo como pano de fundo a promoção de um horizonte de esperança para os alunos que acolhe, a Escola não deixa de fazer perceber a utilidade das aprendizagens, do conhecimento e do saber. Em resultado de todo o trabalho desenvolvido, é notório o “efeito de escola” no percurso dos alunos. Para além das elevadas taxas de empregabilidade que o levantamento efetuado pela Escola - muito embora sem a fiabilidade que, no futuro, pretende assegurar - deixa perceber, o sucesso está patente na inversão de percursos de vida de jovens/alunos com grande instabilidade comportamental, baixa auto estima e poucas perspetivas de futuro.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

Globalmente, os resultados dos questionários evidenciam elevado grau de satisfação de alunos, encarregados de educação, docentes e não docentes face à Escola, sendo que as apreciações menos favoráveis se prendem com as condições das instalações. Acresce, também, o reconhecimento feito em sede de painéis por outros elementos da comunidade educativa, designadamente representantes de instituições locais que trabalham em parceria com a Escola e, ainda, por representantes das entidades responsáveis pela formação em contexto de trabalho, algumas das quais empregadoras de ex-alunos/formandos da Escola. De uma maneira geral, fizeram questão de deixar um testemunho de grande reconhecimento pela qualidade do serviço prestado pela Escola, quer no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus alunos, quer no desenvolvimento da comunidade local/regional e nacional, por via da qualificação/valorização dos recursos humanos na área da hotelaria/restauração.

Como forma de valorizar o resultado das aprendizagens, os alunos/formandos, sobretudo os dos cursos profissionais, são muitas vezes convidados a demonstrar, fora da Escola, as suas competências em diferentes eventos.

Em conclusão, os pontos fortes predominam na maioria dos campos em análise, sendo elevada a satisfação dos alunos, dos encarregados de educação, de docentes e não docentes, bem como do tecido empresarial do setor profissional dos cursos ministrados. No entanto, a ação da Escola ainda não tem um impacto muito consistente na melhoria dos resultados escolares, sobretudo a nível da prevenção do abandono/desistência dos alunos. Tais fundamentos justificam a atribuição neste domínio da classificação de **BOM**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

O Projeto Curricular de Escola está assente na missão evidenciada no Projeto Educativo e constitui um documento orientador da gestão do processo de ensino-aprendizagem. As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica operacionalizam a gestão e a contextualização do currículo. A sua adequação ao meio envolvente encontra-se evidenciada nas ações previstas no Plano Anual de Atividades e em outras iniciativas da comunidade escolar, bem como, em atividades levadas a efeito, dentro e fora da Escola, em diferentes eventos/diferentes contextos.

Nos conselhos de turma promove-se a articulação das diferentes áreas disciplinares e conteúdos programáticos, bem como o trabalho cooperativo/colaborativo entre os docentes, designadamente no âmbito da produção/partilha de materiais e da definição dos critérios de avaliação. A interdisciplinaridade é visível, nos cursos profissionais, através da articulação curricular centrada num



tema unificador que agrega diferentes áreas do saber, e, nos cursos de educação e formação, por via da operacionalização do projeto curricular de turma.

A articulação vertical do currículo é assegurada pelo planeamento levado a efeito na Escola, sendo que, nos cursos profissionais, é garantida pelo sistema modular, facilitador de um processo de ensino assente, fundamentalmente, no respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, tornando-os mais autónomos na gestão dos seus percursos formativos. A Escola tem investido na clarificação da especificidade e exigência da estrutura modular dos seus cursos, para que os alunos, no final do ciclo formativo, não tenham módulos em atraso.

A coerência entre o ensino e a avaliação encontra-se generalizada, através da clara definição de critérios e de parâmetros de avaliação, aspetos amplamente reconhecidos pelos alunos.

PRÁTICAS DE ENSINO

O tipo de ensino consubstanciado numa estrutura modular e centrado, sobretudo, em atividades letivas de natureza prática, encontra-se adequado às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos alunos dos cursos de educação e formação e dos cursos profissionais. A Escola não é frequentada por alunos referenciados com necessidades educativas especiais de carácter permanente, existindo, no entanto, alunos com comportamentos problemáticos e com dificuldades de aprendizagem muito acentuadas. Os docentes, o diretor de turma, o diretor de curso e a direção procuram, no âmbito das suas complementares competências, dar resposta às necessidades emergentes, sendo perceptível a implementação de estratégias tendentes a garantir uma política de diferenciação e apoios. Quando estas medidas exigem a intervenção de técnicos especializados que a Escola não dispõe, a direção, numa atitude proativa, procura encontrar respostas adequadas, através de projetos/protocolos/parcerias que estabelece com diferentes instituições locais/regionais. Contudo, transparecem alguns constrangimentos pela falta de recursos humanos, designadamente em áreas técnicas especializadas que, em equipa multidisciplinar, possam dar, de forma contínua e sistemática, resposta às diferentes necessidades.

A natureza prática de grande parte da componente letiva e o trabalho de pesquisa sistemático que é desenvolvido com base num tema unificador/integrador das aprendizagens proporcionam maior motivação e empenho dos alunos no seu percurso formativo. Com o objetivo de estimular e valorizar as potencialidades dos alunos dos diferentes cursos, a Escola proporciona-lhes a aplicação dos seus conhecimentos em atividades de demonstração prática, tanto no seu interior, como no seu exterior. Quando devidamente fardados/equipados, os alunos/formandos evidenciam uma postura profissional que, de forma muito clara, traduz o encontro da formação com um projeto de vida profissional.

Os projetos a apresentar nas provas de aptidão profissional, pelos alunos do 3.º ano dos cursos profissionais, são também momentos privilegiados de valorização dos saberes que a Escola aproveita para reforçar junto de alunos/famílias/comunidade. A realização de outras iniciativas, designadamente, atividades temáticas e de festividades potenciam a valorização da dimensão artística no percurso educativo destes alunos. Para o acompanhamento do desenvolvimento dos planos curriculares realizam-se reuniões formais, sobretudo dos conselhos de turma, onde se avalia o percurso dos alunos e se definem estratégias e procedimentos comuns destinados à resolução de problemas identificados. Os docentes, na componente letiva e não letiva dos seus horários, orientam os alunos na recuperação/conclusão de módulos em atraso, mostrando empenho e disponibilidade para prestarem o apoio solicitado.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Na avaliação dos formandos são utilizadas as modalidades de diagnóstico (sobretudo, no início do ano letivo), formativa (ao longo do processo ensino/aprendizagem), conduzindo à definição de metodologias



diversificadas e à implementação de atividades variadas que permitem motivar e responder às necessidades dos formandos, e sumativa.

Com base nos critérios gerais e transversais de avaliação, definidos em Conselho Pedagógico, são estabelecidos indicadores e parâmetros de apreciação que servem de base à construção de instrumentos de avaliação de conhecimentos. Dada a natureza dos cursos, as formas de avaliação são notoriamente diversificadas ao longo dos diferentes percursos formativos, quer no que respeita à pluralidade das práticas, quer aos instrumentos de avaliação.

Em conselho de turma, procede-se à análise dos resultados dos alunos, com especial atenção para a necessidade de ser assegurada a conclusão dos módulos em atraso.

A prevenção da desistência e do abandono é um trabalho recorrente da Escola, muitas vezes com o contributo de outras instituições locais/regionais. No entanto, este trabalho depara-se, por vezes, com inúmeros constrangimentos e dificuldades, desde logo pelo facto de uma das prioridades de admissão dos candidatos à frequência escolar é ser considerado/sinalizado como aluno em risco de abandono. Para contrariar esta tendência, são desenvolvidos programas/projetos em parceria com diversas entidades (e.g., IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência; Centro de Saúde da Carvalhosa), visando colmatar alguns dos fatores que propiciam o abandono, pois muitos dos alunos estão entregues a si próprios e, por isso, sem uma retaguarda familiar que os acompanhe e oriente. O clima de proximidade existente entre alunos/formandos, professores/formadores, diretores de turma/curso e direção, facilitado pela cultura organizacional, exigente mas sempre disponível para apoiar e integrar, são fatores decisivos que contribuem para combater o abandono através do despertar para um novo horizonte de esperança que dê rumo às suas vidas.

Em conclusão, os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas generalizadas e eficazes. A ação desenvolvida pela Escola nos campos em análise, ainda que com alguns aspetos menos consolidados, tem proporcionado um impacto forte na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos, com particular ênfase nos sociais. Tais fundamentos justificam a atribuição neste domínio da classificação de **MUITO BOM**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO ESCOLAR

LIDERANÇA

A liderança plasmada na cultura organizacional e nas práticas de gestão evidencia uma visão estratégica. A direção conhece e está atenta aos constrangimentos e às oportunidades da Escola – ser a única a nível nacional tutelada em parceria pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Justiça – e procura que as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica concentrem esforços na melhoria e qualidade dos resultados escolares e profissionais de todos os alunos.

A diretora assume uma liderança forte, partilhada com os seus coadjuvantes em iniciativas e responsabilidades, incentivando e dinamizando as estruturas intermédias no sentido de um trabalho cooperativo de gestão de conflitos, responsabilizando-as na resolução de situações, quer a nível de aprendizagens, quer a nível social e /ou familiar.

Os documentos estruturantes da Escola articulam de uma forma adequada as prioridades e as metas fundamentais da ação educativa: promover a formação pessoal, escolar e profissional de jovens que registam nos seus percursos de vida problemas com o sistema de administração da justiça, proporcionando-lhes a reinserção social, a prevenção criminal, a igualdade de género e de oportunidades, adquirindo competências, saberes, valores e atitudes para uma cidadania ativa e responsável.



Os critérios que determinam o planeamento e o desenvolvimento da oferta formativa valorizam a missão da Escola também na promoção da educação para outros públicos, apostando na orientação e no acompanhamento individualizado dos alunos através de uma pedagogia diferenciada e de proximidade e, ainda, na oferta de cursos de educação e formação e cursos profissionais que procuram responder às expectativas e necessidades da comunidade.

A abertura à inovação e a larga rede de parcerias constituem um princípio que orienta a dinâmica da Escola marcada pela adesão a concursos, protocolos e projetos externos, alguns com a colaboração entidades públicas (e.g., Tribunal de Família de Menores do Porto, Direção Regional de Reinserção Social, Direção Regional de Educação do Norte, Centro de Saúde da Carvalhosa, Instituto da Droga e Toxicodependência, entre outras) e várias associações de hotelaria e restauração, instituições do ensino superior, fundações e empresas regionais e locais que apoiam e reconhecem os méritos da Escola nos processos de formação em contexto de trabalho.

A liderança da diretora no âmbito da gestão evidencia um ponto forte da Escola. São visíveis sinais de coragem, dedicação e compromisso na ação articulados com processos de comunicação internos e externos, na partilha e diálogo interprofissional com contextos diversos, evidenciando o ideário pedagógico e profissional da Escola.

A consolidação e sustentabilidade da ação educativa e formativa da Escola refletem-se nas taxas de conclusão e empregabilidade dos seus alunos e no número de jovens que, mesmo não tendo concluído o curso, estão a trabalhar e deram um novo rumo à sua vida.

GESTÃO

Apesar da mobilidade do corpo docente e não docente, a direção procura conciliar os interesses de cada um com as necessidades da organização, tendo em conta as suas competências pessoais e profissionais, nomeadamente na continuidade pedagógica, no desenvolvimento de atividades e na implementação de concursos, projetos e eventos que motivem os alunos a participar no processo de ensino e aprendizagem e na construção do seu projeto de vida. A abertura da diretora para auscultar e valorizar as sugestões apresentadas é salientada pela maioria dos profissionais, assegurando um clima de cordialidade e bem-estar o que se traduz no reduzido absentismo que se verifica no pessoal docente e não docente.

A Escola oferece condições adequadas ao serviço educativo potenciadas pelo empenhamento e esforço da direção em obras de requalificação e manutenção, organização dos equipamentos e envolvimento da comunidade escolar, nomeadamente no embelezamento, higiene e limpeza dos espaços.

A eficaz utilização das Cozinhas Pedagógicas e do Restaurante Pedagógico potencia o cruzamento interdisciplinar e a aquisição de saberes, bem como o uso de competências que, complementadas com o estágio profissional, aproximam os alunos da vida real. A Biblioteca Escolar/Centro de Recursos, que regista alguma afluência de alunos, está condicionada pelo espaço físico, pelo acesso à *internet* e pela ainda escassa bibliografia existente. Inserido no Plano de Atividades, a Escola proporciona variadas ações de formação interna, visitas de estudo, seminários relacionados com as necessidades formativas da comunidade escolar.

Os recursos financeiros da Escola provêm, sobretudo, do POPH – Programa Operacional do Potencial Humano e do orçamento do Estado. É patente a boa gestão que a direção faz dos recursos financeiros, facto que tem permitido melhorar os espaços físicos e os apoios às atividades educativas.

A adesão às tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino/aprendizagem e na gestão está em fase de consolidação e generalização.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O processo de autoavaliação encontra-se numa fase ainda não consolidada, apesar das iniciativas e do trabalho desenvolvido nesta dimensão, conforme foi referido pela diretora na apresentação da Escola, bem como nas entrevistas dos diferentes painéis.

Os resultados académicos dos alunos são globalmente analisados nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica através de reflexões sistemáticas que têm permitido estabelecer planos de melhoria para áreas em debilidade, ajustados às características das turmas e dos alunos.

Demonstrando um conhecimento generalizado dos seus pontos fortes e dos aspetos a melhorar, claramente expressos no Projeto Educativo, a Escola promove metodologias reveladas eficazes, constatando-se alguns resultados positivos. Evidenciando uma boa estratégia, empenha-se em reduzir os vários constrangimentos e está atenta às solicitações externas, envolvendo a comunidade educativa na melhoria das aprendizagens dos seus alunos, quer a nível teórico, quer a nível das práticas profissionais.

Em conclusão, os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Apesar de haver ainda aspetos menos conseguidos, a Escola está institucionalmente empenhada na melhoria contínua e tem desenvolvido ações com impacto nas aprendizagens e nos resultados dos alunos. Tais fundamentos justificam a atribuição neste domínio da classificação de **MUITO BOM**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Os resultados sociais decorrentes da ação educativa e formativa;
- O reconhecimento por parte de diferentes instituições locais e de entidades empresariais pela qualidade do serviço educativo e formativo prestado;
- A articulação curricular, nos cursos profissionais, centrada num tema unificador que agrega diferentes áreas do saber;
- A cultura de responsabilização e de respeito pela diferença evidenciada em todos os atores educativos;
- O empenho e a disponibilidade manifestada pelos docentes para, em contextos formais e informais, apoiarem os alunos na recuperação/conclusão dos módulos em atraso;
- A transversalidade de saberes, valores, atitudes e a dimensão lúdico-pedagógica proporcionada pela organização de eventos;
- A liderança e gestão da diretora, que incentiva, responsabiliza e envolve os agentes educativos;
- O trabalho cooperativo e articulado perceptível no planeamento e na oferta do serviço educativo;
- A participação ativa da rede de parcerias no desenvolvimento de projetos e atividades.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- As taxas de abandono/desistência, sobretudo as verificadas nos cursos de educação e formação.



- A participação e corresponsabilização dos alunos em alguns aspetos organizacionais da Escola.
- As práticas que visem o reconhecimento público de comportamentos meritórios;
- O investimento na consolidação das tecnologias de informação e comunicação no apoio e divulgação da ação educativa;
- A autoavaliação da Escola, enquanto processo pouco consistente e não alargado a toda a comunidade.

A Equipa de Avaliação Externa: João António Pereira da Silva, Maria Zita Nunes, Américo Peres